

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Juan Nova

Class.: 100

Data: 19 de junho de 1988

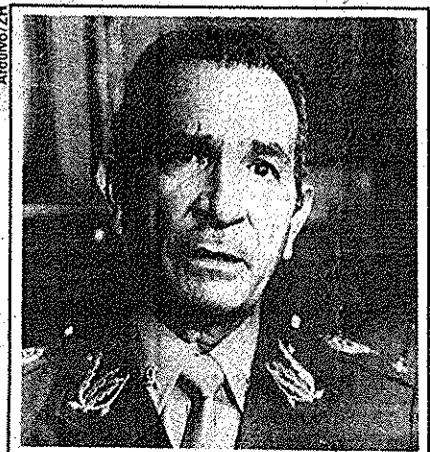
Pg.: _____

A ocupação militar da vasta área de fronteira do Norte do País é o principal objetivo do chamado projeto "Calha Norte". Defendido com ardor pelos militares, responsáveis pelo plano, o "Calha Norte" atacado por entidades ligadas aos índios

Calha Norte: militares defendem o seu projeto

Por **ILIMAR FRANCO**
Brasília/ZH

Há três anos, em 19 de junho de 1985, acatando uma proposta do Conselho de Segurança Nacional, o presidente Sarney criou o chamado "Projeto Calha Norte". Com o objetivo de "levar a bandeira brasileira" à região fracamente povoada do Norte do País, acima do rio Amazonas, o projeto vem provocando controvérsia entre o Conselho de Segurança Nacional e as entidades que defendem os direitos dos índios, especialmente o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão ligado à CNBB.



Bayma Denys: "preservando os índios"

Correspondendo a 14% do território nacional, aquela vasta área passou a ser governada diretamente pelos militares, que estariam preocupados com uma possível adesão da Guiana e Suriname ao bloco socialista, situando a ocupação da região ao contexto do antagonismo Leste-Oeste, conforme as afirmações do ex-deputado federal Márcio Santilli, do PMDB de São Paulo. Já o constituinte José Carlos Sabóia, do PSB do Maranhão, critica a decisão do presidente Sarney, que é contrário à demarcação de terras indígenas naquela região de fronteira. Este aspecto também merece as críticas do CIMI, que não aceita a transformação das reservas em "colônias indígenas", a exemplo do que já acontece na região de Pari-Cachoeira, na área conhecida como "Boca do Cachorro", no Amazonas, na fronteira com a Colômbia.

O general Bayma Denys, ministro do Gabinete Militar do Planalto, responsável pelo "Calha Norte" (pois o Conselho de Segurança Nacional está a ele vinculado), afirma que o projeto se antecipa à presença do branco naquela região, de pouca densidade populacional, "preparando os índios para o desenvolvimento", segundo diz. Ele destaca que a cultura indígena "será preservada", pois os índios não querem abandoná-la, mas "isto não quer dizer que não queiram tratores e instrumentos modernos para trabalhar", segundo o general Bayma Denys.

Outra preocupação do Governo é com a preservação do meio ambiente, conforme explicação dada pelo coronel

Nascimento, do Conselho de Segurança Nacional. Cita os índios Caiapós, que estão firmando contratos com madeireiras para a exploração do mogno em suas terras, sem qualquer planejamento, depredando a natureza. "Agindo assim o índio está protegendo o meio ambiente? Não", diz o coronel Nascimento, defendendo que, além da Funai, os índios tenham acompanhamento do IBDF. Afirma que esta é a diferença das reservas existentes, onde os índios retiram as riquezas desordenadamente para atender suas necessidades de consumo, e a "colônia indígena" criada em Pari-Cachoeira, Amazonas, fronteira com a Colômbia. Naquela reserva, conta, há "três colônias destinadas à vida dos índios", atendendo sua necessidade de sobrevivência e migração e duas áreas de floresta nacional, onde se preserva parte da terra indígena.

Na área do "Calha Norte", disse, está sendo feito um planejamento de exploração de riquezas, de preservação do meio ambiente e de reflorestamento. "Do contrário, afirma o coronel Nascimento, os índios, a exemplo dos caiapós, sempre vão querer mais e mais terra, para continuarem a explorar de forma não racional". Para situar a questão, comentou o que acontece nos Estados Unidos, onde os brancos somente caçam e pescam em determinadas épocas do ano, obedecendo aos limites de animais abatidos. O mesmo não ocorre com os índios, que podem fazê-lo durante todo o ano e sem qualquer limite.

Conflito Leste-Oeste, um dos motivos

A aproximação da Guiana e do Suriname com o bloco socialista, aliado à pequena densidade populacional, fizeram com que o Conselho de Segurança Nacional se preocupasse com aquela região do Norte, completamente isolada do resto do País. Habitada por índios, com solo de baixa fertilidade e com muitos trechos de terras altas (planaltos), se situa numa região onde as nações vizinhas têm litígios territoriais, especialmente entre a Venezuela e a Guiana, pela região de Essequibo; entre Guiana e Suriname, pelo controle de margem direita do rio Corentyne; entre Suriname e Guiana Francesa, por uma área ainda controlada pela França.

Na exposição de motivos do general Bayma Denys, que serviu de base à assinatura do decreto pelo presidente Sarney, o chefe do Gabinete Militar fala "na conhecida possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos, aliada à presente conjuntura do Caribe, que podem tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul". De acordo com o ex-deputado Márcio Santilli, esta questão é a mais relevante no projeto, sendo mesmo a sua essência. Para ele, o raciocínio geopolítico feito pelos militares foi de que "as superpotências poderiam se apropriar das disputas fronteiriças entre os países da área e, num contexto de conflito, reabriram a discussão sobre as fronteiras brasileiras, via questão indígena".

Na região do "Calha Norte" vivem 50 mil índios, 23% da população indígena brasileira, agrupando 33 grupos étnicos diferentes, em geral pacíficos e binacionais. Esta situação é relevante para o deputado José Carlos Sabóia, citando nominalmente a situação da tribo Yanomani, que vive parte na Venezuela, 11 mil, e parte no Brasil, 9 mil. Os índios possuem

nove milhões de hectares, numa faixa de fronteira que vai do Território de Roraima ao Estado do Amazonas, sendo de interesse da Humanidade, inclusive reconhecido pela ONU, a sobrevivência dos Yanomani, considerada a mais numerosa Nação entre as relativamente isoladas em todo mundo.

Assim, o deputado destaca o exemplo dos índios Miskitos na Nicarágua, envolvidos na guerra entre o governo sandinista e os contra, que operam na fronteira com Honduras, onde vive aquela Nação indígena. Já o coronel Nascimento diz que o Governo age "de forma preventiva", procurando integrar aquela região ao restante do País e não apenas a Manaus, restabelecendo os marcos fronteiriços e firmando a presença brasileira naquela área. Lembra que antes do "Calha Norte", as únicas instâncias de poder lá existentes eram as Prefeituras, mas agora isto se faz com órgãos dos Governos estadual, territorial e Federal. Assegurada a presença do Estado brasileiro, diz, "a preocupação geopolítica fica mais tênue".

Quanto ao antagonismo Leste-Oeste, o coronel Nascimento esclarece que a situação está se modificando, embora "aquele região continue em ebulição". Explica que isto poderia provocar a ação de grupos guerrilheiros em território brasileiro, no futuro, o que poderia gerar problemas diplomáticos. Mas, por enquanto, afirma, a Guiana está fugindo à sua tendência inicial de se alinhar com o bloco socialista, se aproximando de Brasil e Venezuela. No lado colombiano, desmentiu a existência da penetração do grupo guerrilheiro M-19, explicando que existe realmente o ingresso do narcotráfico em terras brasileiras. (Por Ilmar Franco, Brasília/ZH)